Ata da reunião n° 834 do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Londrina, realizada no dia 15 de agosto de 2025.

No dia quinze do mês de agosto do ano de dois mil e vinte cinco, às oito horas e trinta minutos, na Sala dos Conselhos, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Londrina, sob a presidência da Reitora, Profa. Marta Regina Gimenez Favaro, com a presença dos seguintes Conselheiros: Ana Luiza Lustoza, Ana Márcia Tucci de Carvalho, José Luiz Alduan, Eduardo Araújo, Inês Cristina de Batista Fonseca, Alan Salvany Felinto, João Antonio Zequi, Andréa Name Colado Simão, Carrie Chueiri Ramos Galvan, Carlos Eduardo Caldarelli, Luís Alberto Garcia de Freitas, Edmilson Lenardão, Laura Taddei Brandini, Eloísa ramos Ribeiro Rodrigues, Renata S. Schevisbiski, Ângela Pereira Teixeira Victória Palma, Jacques Duilio Brancher, Edméia Aparecida Ribeiro, Marselle Nobre de Carvalho, Eddy Krueger, Ayoub Hanna Ayoub, Maiango Dias, Adilson Luiz Seifert, Joanna Georgios Alexopoulos, André Lopes Ferreira, Marcia Marques Dib, Fernando Maia Silva Dias, Lucas Santana da Cunha, Miguel Etinger de Araujo Junior, Ruberlei Gaino, Joabe Vieira da Costa, André Capobianco, Ivan Jorge Alves, Eliel Joaquim dos Santos, Lucienne Tibery Queiróz Cardoso, Laurito Porto De L. Filho, Bruno César Garcia, Verediana Carolina da Silva. **Ausências justificadas**: Airton José Petris, Marcela Zanetti Corazza. **Convidados:** Alberto Duran**,** Edmarlon Girotto e Lisiane de Freitas. **I ORDEM, DO DIA – Discussão e votação da ata nº 832 (Reunião Ordinária 04/07/2025)** Aprovada com três abstenções. **2 Discussão e votação da ata nº 833 (Reunião Extraordinária 18/07/2025).** Aprovada com uma abstenção. A Reitora, profa. Marta iniciou a reunião com quórum simples, pelo item 4, pois o Item 3 necessita de quórum qualificado de 2/3, e posteriormente, quando completar o quórum qualificado será retomada do Item 3. **3 Processo 24.316.706-0 - CCB - deliberar acerca do pedido do Departamento de Ciências Fisiológicas, de nomeação do LAPEB - Laboratórios Integrados de Pesquisa em Biomedicina – LAPEB, como Laboratórios Integrados de Pesquisa em Biomedicina – Profa. Dra. Daniela Cristina Ceccatto Gerardin Cantamessa (Relator: Câmara de Legislação e Recursos e Prof. Dr. João Zequi)** ***QUÓRUM QUALIFICADO 2/3.*** A profa. Eloisa, membro da Câmara de Legislação e Recursos, apresentou o seguinte relato: “A Câmara de Legislação e Recursos,

reunida no dia 07 de agosto de 2025, em formato remoto, analisou o processo n. 24.316.706-0. Estavam presentes os seguintes membros: André Capobianco, Inês Cristina de Batista Fonseca, Miguel Belinati Piccirillo e Wander Luiz Mariano. Trata-se de solicitação para que que o prédio do LAPEB receba a denominação Profa. Dra. Daniela Cristina Ceccatto Gerardin Cantamessa, em homenagem póstuma à docente, falecida em 04 de fevereiro de 2024. A solicitação tem como objetivo homenagear a Professora Daniela, que integraria o grupo de pesquisadores responsável pela ocupação e desenvolvimento das atividades no referido laboratório de pesquisa. Em março de 2025 a solicitação foi aprovada pelo Departamento de Ciências Fisiológicas e no mesmo mês foi aprovada pelo Centro de Ciências Biológicas. Às Folhas 10, movimento 07 têm-se a biografia da Professora Dra. Daniela Cristina Ceccatto Gerardin Cantamessa. Percebe-se que o processo foi bem instruído e que as fases regimentais foram respeitadas. Nesse sentido a Câmara de Legislação e Recursos entende que o processo está apto para ser analisado no mérito pelo Conselho Universitário." O Conselheiro João descreveu a importância e o histórico dos Laboratórios LAP e LABIL, frutos de um projeto FINEP de décadas, representando um complexo de pesquisa de ponta. Apresentou um resumo da biografia da Professora Daniela Cristina Secato Canta Messa, destacando sua formação (graduação, mestrado e doutorado em Farmacologia, USP e Milão), sua carreira docente na UEL (desde 2006, professora adjunto desde 2009). Após, a proposta foi **aprovada** por unanimidade. **4 Processo 23.778.832-0 - COPS - deliberar acerca da alteração da Resolução C.U. n. 031/2024, excluindo a exigência de frequência integral do Ensino Fundamental em instituições públicas brasileiras de ensino para ingresso na Universidade por meio do sistema de cotas para estudantes de escolas públicas - RETOMADA da discussão. (Relatora: Profa. Marta Regina Gimenez Favaro).** Profa. Marta explicou que trata da retomanda da discussão porque foi feito em dois momentos diferentes um amplo debate sobre essa temática, essa necessidade. Destacou que a administração está entendendo como uma necessidade. Apresentou alguns dados que foram incorporados ao processo, e foi feito outras discussões. A Pró-reitoria de Graduação foi convidada a participar de algumas reuniões de Conselhos de Centro, esteve presente nessas reuniões, debateu com os grupos. Disse que acredita que tenhamos conseguido fazer uma discussão ampla também nas nossas bases. Então, colocou em regime de discussão, para que após possa encaminhar para a votação. A Conselheira Laura

Taddei Brandini - Relatou que a discussão no Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH) e no Conselho de Centro resultou em apoio unânime à proposta da reitoria de alteração. O Conselheiro Carlos Eduardo Caldarelli - Relatou discussões no CESA (uma ordinária, uma extraordinária e uma aberta), com a presença de professoras da PRGRAD e contribuições de professoras de Serviço Social. O CESA e os conselheiros presentes entenderam a proposição, mas manifestaram preocupação com distorções em cursos de alta concorrência. O CESA encaminhou uma proposta para que a cota seja flexibilizada para qualquer percurso do ensino fundamental, contudo, com condicionante socioeconômico, espelhando o modelo das federais. Também destacou a importância de pensar na permanência dos estudantes. Profa. Marta problematizou a proposta do CESA, esclarecendo que nas federais o qualificador social se aplica a um percentual das vagas (50% da cota reservada para escola pública), não à totalidade. Afirmou que a UEL não possui cota social regrada, e sua implementação exigiria um novo momento de discussão, estudo técnico e avaliação socioeconômica de *todos* os inscritos no vestibular, o que não é possível no momento. Destacou que a alteração em debate é sobre exigência documental, não a estrutura das cotas. Conselheiro Alan Salvany Felinto (CCE): Informou que os oito departamentos do CCE debateram e a resposta foi a de manter o pleito do processo, ou seja, considerar cotistas apenas com ensino médio em escola pública. Conselheiro Bruno César Garcia do Coletivo de Sindicatos Apresentou o parecer do coletivo de sindicatos, que é favorável à proposta da reitoria, condicionando-o a um acompanhamento e monitoramento contínuo. Conselheira Inês Cristina de Batista Fonseca (CCA): Informou que o CCA é contrário à alteração. Os motivos incluem a necessidade de aguardar os resultados das recentes mudanças no vestibular (fase única para a maioria dos cursos), o princípio da isonomia (cotas compensam desvantagens acumuladas ao longo de toda a educação básica), a manutenção da desigualdade (beneficiaria estudantes com maior poder aquisitivo), o risco de migração estratégica (alunos de escolas privadas para públicas no ensino médio para instituições filantrópicas não confessionais. Profa. Marta esclareceu que a proposta é da administração, mas abriga demandas de grupos organizados. Reiterou a impossibilidade técnica e de princípio de excepcionalização parcial, pois a alteração se aplicaria a todas as formas de seleção (SISU, Vestibular, Aprova Paraná). Mencionou que o Aprova Paraná já gerou dificuldades para a UEL, com estudantes aprovados sem conseguir matrícula devido à exigência do ensino

fundamental, e até ações judiciais. Sandra, coordenadora da Cops confirmou as dificuldades com o Aprova Paraná e os questionamentos judiciais, pois o decreto estadual falava apenas em ensino médio, gerando conflito com a exigência da UEL. Conselheiro Eliel Joaquim dos Santos **r**atificou o apoio do coletivo de sindicatos à reitoria e esclareceu que a presença do coletivo no Conselho não foi por articulação individual, mas por constatação de vagas não ocupadas. Conselheira Andréa informou que o CCS, após grupo de trabalho e análise em Conselho de Centro, foi favorável à proposta apresentada, mas com a sugestão de inclusão da variável socioeconômica. Profa. Laura apresentou um exemplo de uma aluna bolsista de Iniciação Científica Júnior da UEL, com menção honrosa no CNPq, que cursou um ano do ensino fundamental em escola privada e, por isso, não pôde ingressar na UEL por cotas, optando pela PUC com bolsa. Reforçou a perda de talentos devido à regra atual. Conselheira Eloísa relatou que o CTU compreende as limitações da regra atual para diversos percursos de estudantes e a preocupação com a isonomia e justiça. O CTU acompanharia os posicionamentos do CESA, CCS e CECA sobre a necessidade de abrir uma pauta futura para discutir a análise socioeconômica vinculada à condição de cotas. Profa. Marta avaliou que houve um amplo debate e segurança para a votação. Reiterou que a discussão socioeconômica e a excepcionalização parcial não são possíveis neste momento. Após, a proposta foi aprovada 27 (vinte e sete) votos favoráveis, 3 (três) votos contrários e 3 (três) abstenções. A reitora, profa. Marta ressaltou que a alteração não se aplica ao vestibular em curso, mas a todos os processos seletivos futuros e ao próximo vestibular. Sobre a inclusão do critério socioeconômico, a Reitora sugeriu que os Centros interessados (CESA, CCS, CTU, CECA) estruturem um documento com justificativas e encaminhem ao Conselho Universitário para que seja pautado e, se aprovado o debate, que se constitua um grupo de trabalho para estudos conceituais e operacionais. 5 **Processo 19.268.517-6 - GABINETE DA VICE-REITORIA - deliberar acerca do instrumento de avaliação de docentes efetivos - RETOMADA da discussão (Relatora: Profa. Marta Regina Gimenez Favaro)** A reitora, profa. Marta, explicou que trata da retomada de discussão sobre a avaliação docente, dando continuidade à tarefa da reunião anterior de revisar os anexos. Prof. Edmarlon apresentou uma análise dos anexos propostos, esclareceu que, para cargos de gestão (direção, pró-reitorias), o instrumento já prevê uma adaptação na avaliação, exigindo, por exemplo, metade da nota necessária. Profa. Laura Taddei Brandini manifestou-se contrária à natureza quantitativa

dos anexos, propondo uma avaliação mais qualitativa, com textos descritivos em vez de pontuações. Propôs a supressão do item "Relações Interpessoais" (Anexo 2) devido à sua subjetividade e dificuldade de aferição objetiva, diferenciando-o de assiduidade e disciplina, que possuem dados mensuráveis. Também sugeriu mudar a terminologia do item "Eficiência". Profa. Marta concordou com a subjetividade de "Relações Interpessoais", mas alertou para o risco de extrema subjetividade em avaliações puramente qualitativas, sugerindo um equilíbrio entre elementos quantitativos e qualitativos para garantir objetividade e facilitar a integração em um futuro sistema. Profa. Renata, reforçou a sugestão de aumentar o peso do item "Gestão" para incentivar os colegas a assumirem funções institucionais, citando um caso em que a baixa pontuação levou um chefe de departamento a deixar o cargo. Profa. Laura reafirmou que sua proposta qualitativa não visa apenas classificar como "bom, muito bom", mas sim redigir um texto que dê conta da experiência e observações, utilizando os itens propostos como balizadores sem pontuação. Profa. Carrie Chueiri Ramos Galvan expressou preocupação com a pontuação máxima no item "Eficiência", pois nem todo docente realiza todas as atividades (ex: ensino e pesquisa, mas não extensão), e com a LGU, alguns focam apenas no ensino. Sugeriu um mecanismo que permita ao docente pontuar ao máximo com base em suas tarefas atribuídas. Prof. Ayoub questionou o objetivo da avaliação: se é para que todos façam "tudo mais ou menos" ou para valorizar a excelência em "uma ou duas atividades". Sugeriu que o docente pudesse escolher suas áreas de atuação ou que o maior valor fosse atribuído. Manifestou-se contrário ao item "Relações Interpessoais" por sua natureza pessoal e potencial para retaliação. Reitora, profa. Marta entende que a necessidade de um instrumento que valorize o trabalho mais intenso do docente, não o obrigando a ser bom em tudo. Sugeriu iniciar pela supressão das relações interpessoais. Colocou em votação sobre a supressão do item "Relações Interpessoais" e foi aprovado a supressão o "Relações Interpessoais" do instrumento. Dando sequência, passou-se para discussão sobre o princípio de avaliação (quantitativo x qualitativo); a Reitora propôs adotar como referência a tentativa de fazer uma mediação razoável entre dados quantitativos e qualitativos e foi acatado a tentar aplicar esse princípio. Prof. Maiango Dias questionou o resultado de uma avaliação sem pontuação, ressaltando a necessidade de um parâmetro (plano de trabalho ou plano institucional) para uma avaliação qualitativa. Prof. Miguel Belinati Piccirillo destacou a dificuldade prática de uma avaliação puramente

qualitativa em departamentos grandes, sem a participação da chefia na comissão; sugeriu parâmetros mais objetivos. Profa. Marta passou para discussão sobre o item "Assiduidade" (Anexo 3, agora Anexo 2), disse que em sua formulação original, começava com 30 pontos e faltas/atrasos que resultavam em perda de pontos, com base em informações da PRORH e do departamento. Profa. Marselle expressou preocupação com a formulação negativa do item ("atrasos", "faltas", "descumprimento") e a falta de clareza sobre "outras ausências e faltas"; questionou a lógica punitiva e a adequação para uma avaliação formativa. Prof. Alan defendeu a manutenção do item assiduidade como obrigação do professor, salientando que faltas e atrasos, quando documentados, devem ser considerados. Prof. Carlos Eduardo Caldarelli, sugeriu simplificar o item para considerar apenas faltas e atrasos documentados, focando em "cumpriu ou não cumpriu". Prof. Adilson sugeriu a remoção da frase "ou com justificativa não referendada pela chefia do departamento" dos itens, pois a chefia não tem poder para "referendar" justificativas legais. José Alduan esclareceu que a PRORH registra apenas o que é formalmente informado pelo departamento (faltas, atestados). Se o ponto é assinado pela chefia, mesmo com ausência em reunião, não há registro formal de falta no sistema. Profa. Marta concordou em remover a parte da "justificativa referendada pela chefia". Problematizou a distinção entre assiduidade (presença) e cumprimento de obrigações (realização de tarefas), citando exemplos de docentes em atividades externas ou que não cumprem o tempo de aula. Profa. Laura opinou que o item 5 ("ausências em reuniões de atendimentos agendados com estudantes") problemático por ser difícil de quantificar e aferir, sugeriu que seja incorporado em "faltas em aulas e atividades programadas". Profa. Marselle propôs a retirada completa do item "Assiduidade" do instrumento. Argumentou que já existem punições legais para faltas e atrasos (desconto em folha, demissão por justa causa), e o item não possui caráter formativo, sendo meramente punitivo e difícil de ser operacionalizado pelas comissões. Prof. Miguel manifestou-se totalmente contrário à retirada do item "Assiduidade", argumentando que dificuldades operacionais não devem levar à supressão do critério. Destacou a importância de abordar atrasos e faltas. Prof. Ayoub apoiou a manutenção do item para fins de fiscalização e como forma de controle, para além da legislação trabalhista, embora ainda questionasse seu caráter formativo. Profa. Marta defendeu a manutenção de um item para aferir a assiduidade e o cumprimento das obrigações, mesmo que com outra terminologia. Enfatizou que o

não cumprimento de prazos (ex: fechamento de pauta, calendário acadêmico) prejudica todo o sistema e a instituição, necessitando de alerta aos docentes. Concordou em aprimorar os termos, e sugeriu a supressão dos itens 5 e 6 do Anexo 2, e a retirada da frase sobre "justificativa referendada pela chefia". Prof. Maiango Dias sugeriu que o item 4 ("descumprimento de prazos definidos em regulamentos e/ou calendário da UEL") fosse transferido para a categoria "Eficiência" na área de ensino, pois se relaciona com o cumprimento das atividades acadêmicas. Profa. Inês Cristina sugeriu especificar "calendários acadêmico e administrativo" no item 4 para maior clareza. Como encaminhamento para o item "Assiduidade": Foi proposto amadurecer as duas propostas para a próxima reunião: Manutenção e reestruturação do item "Assiduidade" com ajustes de texto e qualificações, incorporando as sugestões de clareza e retirando as ambiguidades ou Supressão do item "Assiduidade" com proposta de recomposição de seus elementos em outros anexos. A Reitora, profa Marta, se comprometeu a apresentar um cronograma e possivelmente convocar reuniões extraordinárias focadas neste ponto de pauta para acelerar o debate e a deliberação. Prof. Maiango Dias reafirmou que a punição, para ter efeito educativo, precisa ser próxima ao evento, algo que a chefia deveria garantir no cotidiano, e que uma avaliação bienal não terá o mesmo impacto. Reitora, profa. Marta concordou que a chefia tem um papel imediato de punição/alerta, mas que a avaliação docente oferece um segundo momento de reforço do compromisso institucional. A reunião foi encerrada com o encaminhamento de amadurecer a discussão sobre a avaliação docente para a próxima reunião, que provavelmente será extraordinária. Nada mais havendo a tratar, a Reitora, profa. Marta, encerrou a reunião, e eu, Sirlei Mariano Ferreira, Secretária “ad-hoc”, lavrei esta ata, que assino juntamente com os membros do Conselho presentes à reunião.

Marta Regina Gimenez Favaro _____
Reitora

Eduardo Araújo _____
Pró-Reitor de Pós-Graduação em exercício

Ana Luisa Lustosa
Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade em exercício

Ana Márcia Tucci de Carvalho _____
Pró-Reitora de Graduação

José Luiz Alduan _____
Pró-Reitor de Recursos Humanos em exercício

Diretores de Centros de Estudos

João Antônio Zequi _____
Diretor do Centro Ciências Biológicas

Luís Alberto Garcia de Freitas _____
Vice-Diretor do Centro de Educação Física e Esportes

Inês Cristina de Batista Fonseca_____
Diretora do Centro de Ciências Agrárias

Carlos Eduardo Caldarelli _____
Vice-Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Alan Salvany Felinto_____
Diretor do Centro de Ciências Exatas

Edmilson Lenardão
Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes

Andréa Name Colado Simão
Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Carrie Chueiri Ramos Galvan_____
Vice - Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Laura Taddei Brandini
Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

Renata S. Schevisbiski
Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

Eloísa Ramos Ribeiro Rodrigues
Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Representantes do CEPE

Ângela P. Teixeira Victória Palma _____
Representante da Câmara de Pós-Graduação

Ayoub Hanna Ayoub _____
Representante da Câmara de Graduação

Adilson Luiz Seifert_____
Representante da Câmara de Graduação

Maiango Dias_____
Representante da Câmara de Graduação

Eddy Krueger _____
Representante da Câmara de Pesquisa

Edméia Aparecida Ribeiro _____
Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade

Marselle Nobre de Carvalho_____
Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade

Jacques Duilio Brancher
Representante da Câmara de Graduação

Marcela Zanetti Corazza
Representante da Câmara de Pesquisa

Representantes de cada Centro não vinculado à Instância Administrativa

Fernando Maia S. Dias _____
Representante do CCB

André Lopes Ferreira_____
Representante do CLCH

Ruberlei Gaino
Representante do CTU

Marcia Marques Dib _____
Representante do CEFE

Débora Cristina Santiago_____
Representante do CCA

Joanna Geogios Alexopoulos _____
Representante do CESA

Lucienne Tibery Queiróz Cardoso
Representante do CCS

Lucas Santana da Cunha
Re´presnetante do CCE

Representante das categorias Docentes

Miguel Etinger de Araujo Junior _____
Representante Associado

Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos

Joabe Vieira da Costa _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

André Capobianco
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Ivan Jorge Alves
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Representantes Externos

Eliel Joaquim dos Santos _____
Representante das Classes Trabalhadoras-SINDPREVS

Laurito Porto de Lira Filho

Representante das Classes Trabalhadoras-Sindicato dos Bancários

Bruno César Garcia
Representante das Classes Trabalhadoras- APP-Sindicato

Veridiana Carolina da Silva_____
Representante do Poder Executivo Municipal